Aristocracia e teoria social – uma história mal contada

A teoria social, a sociologia, durante os anos oitenta, abandonou o estudo da luta de classes (Estanque, 2012), do mesmo modo que abandonou o estudo do estrutural-funcionalismo (Mouzelis, 1995). Ou melhor: como explica Mouzelis para o caso do estrutural-funcionalismo, tratou desses mesmos assuntos sem referenciar as discussões clássicas (uma bem viva desde o século XIX até os anos 70 e outra central na teoria social até aos anos 60). Nos anos setenta, a euforia ideológica de uma esquerda anti-soviética e libertária – com forte influência cultural, mais do que política – resultou no campo da sociologia num extremar de posições que retirou da agenda a consideração dos trabalhos de Parsons, até aí referências centrais para os sociólogos – por representar o modernismo capitalista imperial – e, logo a seguir, como numa revolução onde os revolucionários são consumidos pela própria revolução, os debates sobre as classes – nomeadamente sobre a verdadeira dimensão da classe média e se a classe média era subordinada da burguesia – acabariam por ser também repugnantes à sensibilidade cultural dos anos oitenta.

Os sociólogos, em particular as escolas de sociologia, adaptaram-se à procura, suspendendo as referências estigmatizadas – à esquerda e à direita – convergindo para a colaboração com o discurso único que se foi paulatinamente tornando hegemónico em tantas (todas?) as áreas do saber, a que hoje se chama neo-liberalismo. Como refere Mouzelis, os melhores autores – Elias, Bourdieu, Giddens – usam o mesmo suporte epistemológico de pensamento que Parsons mas sem o mencionarem, criando novas terminologias para disfarçarem as respectivas fortes dívidas para com Parsons, de quem são críticos públicos mas continuadores na intimidade. O mesmo fenómeno pode ser identificado com a luta de classes, por um lado esmagada durante o processo de reconciliação contra natura entre marxistas e weberianos, cf. Estanque (2012). Por outro lado, substituída de forma reducionista e mecânica pela teoria dos movimentos sociais, viabilizada e complementar do primeiro processo.

A sociologia, deste ponto de vista, não só não foi capaz de cumprir o seu desiderato autoatribuído de romper com a ideologia, como tal desiderato, tão insistentemente ensinado e proclamado, serviu também para reforçar o efeito de nuvem escamoteadora e o recobrimento enganador dos debates epistemológicos e ideológicos mais profundos em curso, que na prática – é hoje cada vez mais evidente – conduziram a teoria social para a inoperância, já denunciada por Mouzelis o século passado. Precisamente num tempo em que poderia – e poderá ainda? – ajudar a reconstruir esperanças de futuro e indicações para a efectividade moralizadora da acção social, como sugeriu Durkheim, pode ser a função social da sociologia.

Num tempo de prestar contas à sociedade sobre o valor do trabalho científico em ciências sociais, há que reconhecê-lo para não deitar fora o bebé com a água do banho, outra vez. O labirinto ideológico institucionalmente construído nas universidades e nas ciências confundiu ao mesmo tempo políticas e práticas institucionais liberais e libertárias, cf. por exemplo Lahir (2012), cuja construção deve ser explicável ao mesmo tempo que se compreende o processo social que nos fez chegar a esta situação. De facto, cf. Sennet (2006), a ideologia do ataque ao Estado, de que veio a sofrer a União Soviética de uma forma espectacular, partilhada pelas esquerdas e direitas políticas a partir dos anos 80, não gerou mais liberdade e oportunidades, como se esperava, mas afunda-se numa troca imoral de segurança por liberdades. Sem que se vislumbre nem como nem porquê. Nem como sair disto.

Em vez de teorias da conspiração reducionistas e mecânicas tão em moda, há falta de concorrência científica na explicação das perversidades dos tempos que vivemos. Como sugere Boaventura Sousa Santos, voltar a explorar a sabedoria do senso comum de uma forma crítica relativamente à teoria social, é um caminho. O de pôr ao serviço dos populares as competências cognitivas especiais dos que estão treinados a pensar de maneiras diferentes ao mesmo tempo, sem experimentarem a sensação de estarem a ser incoerentes ou ficarem confusos. Que a superioridade da elasticidade mental dos investigadores sociais formados pela ciência (não pelos conformados aos dogmas) possa ser potencializada a favor dos populares abandonados pelas políticas financeiras imorais actualmente vigentes – contra a Lei e o bom senso – pode ser uma contribuição para evitar o estado de guerra que alguns vaticinam estar no horizonte.

A proposta concreta é a seguinte: um grupo de investigadores sociais irá conferenciar sobre o modo como os respectivos resultados de investigação admitem ou não considerar a presença actual de práticas e vidas aristocráticas (marginalizadas, como tal, de uma tal classificação tanto pelos próprios como pela sociedade envolvente) mantendo assim, enquanto classe, uma presença clandestina mas estratégica e politicamente relevante na estruturação das sociedades modernas, incluindo as actuais.

Em concreto, muitos dos profissionais – os seus pares mais socialmente activos – dos professores, do pessoal de saúde, dos chefes militares e de segurança, altos quadros das administrações públicas e privadas, e em situações semelhantes de grande autonomia pessoal e social, para quem a honra e exemplo pessoal faz a diferença entre um Estado corrupto e um Estado transparente, são os herdeiros não reclamantes e clandestinos das aristocracias envergonhadas e humilhadas pelas revoluções democráticas e republicanas. Essa aristocracia, primeira a formular ideais liberais e libertários, no tempo do Iluminismo, caracteriza-se pela sua personalidade irreverente, experimentalista, intelectualizada, ao serviço do mundo, que cada qual é livre se viver conforme melhor lhe aprouver, na fórmula célebre de Karl Marx ao descrever o seu próprio ideal de vida que misturaria trabalho braçal e trabalho intelectual sem divisões ou privilégios.

Se admitirmos isso, então podemos construir hipóteses explicativas claras sobre o que terá ocorrido nas últimas décadas e, portanto, ao que assistimos hoje em dia. Nos anos sessenta, a geração do *baby boom* – central nesta história – torna-se o centro de uma revolução cultural, centrada na universidade. No tempo em que ser universitário era ter acesso assegurado a uma carreira para a (boa) vida, ao serviço do capitalismo florescente dos “trinta anos doirados” após a segunda Grande Guerra, a sua revolta (dos mimados ou dos burgueses, conforme eram vistos pela direita e pela esquerda) tornou-se um problema político central, a que acresceu em 1973 a crise do petróleo e a necessidade de profunda reestruturação da economia e da sociedade.

Podemos interpretar o “Maio de 1968” – significativamente, o símbolo banalizado de uma revolução cultural que atravessou todo o planeta, da China aos EUA, precisamente porque a capital francesa continua a ser o centro da cultura aristocrática mundial, herdeira de Luís XIV – como uma expressão da euforia aristocrática (sobretudo dos futuros aristocratas, sobretudo universitários) ciosa do papel destacado a que estava destinada essa geração (por necessidade do mundo ocidental, ie, a burguesia, fazer frente ao “perigo soviético”). Como podemos interpretar a revolução soviética como uma tomada do poder por parte da aristocracia radicalmente anti-burguesa e revanchista, mais tarde conhecida por nomenclatura, a que a burguesia do primeiro mundo respondeu com a promoção de uma aristocracia própria suficientemente dominada. Estamos a ver a sensação que terá causado aos patrões do capital a revolta juvenil. Como uma traição. Paga duramente pela intelligentzia afro-americana e pelo seu povo - até hoje. A sua resposta foi dada nos anos oitenta por uma política de controlo do Estado Social, isto é, de proletarização dos profissionais mais altamente qualificados, de desqualificação dos certificados universitários, de sua reorientação para disciplinas menos críticas e mais normativamente controláveis pelo utilitarismo funcional (como a engenharia ou a gestão), cf. Faguer (1997), que reforçou o processo de desqualificação das ciências sociais (bem como do direito, da filosofia, das artes e das letras) através de uma pressão anti-científica, cujos resultados na sociologia – e nas ciências sociais – mencionámos acima.

Mais uma vez, o orgulho da aristocracia cedeu – à proletarização das profissões, à ruptura do desenvolvimento dos laços científicos das ciências sociais com as ciências naturais (cf. preconceito biologista) e com as ciências normativas (que vinham de longe, desde a ruptura dos positivismos jurídico e sociológico) – e resistiu nos lugares que lhe estavam destinados, admitindo, impotente, a degradação das condições de admissão das novas gerações. E agora, envelhecida a geração do *baby boom*, assiste à vingança final que é a desregulação de todas os “privilégios” em nome da igualização por baixo de todos os estilos de vida, à margem da legalidade, também ela – e os aristocratas mais poderosos, que são os magistrados – derrotada pela investida revanchista da burguesia contra os seus aliados de sempre.

É claro que também existe povo. E por ele espera a aristocracia actual, na esperança de poder vir a sobreviver a esta batalha de classes em curso – e que afinal nunca parou durante as três décadas anteriores: apenas esteve encoberta do mundo, com a cumplicidade temerosa da aristocracia fragilizada, cuja honra de sobrevivência está hoje em causa. Esse povo tem a força de determinar o destino das classes, como um árbitro. Mas é temperamental e nunca se sabe o que possa fazer: apoiar os aristocratas ignóbeis da violência pela violência ou os aristocratas mentalistas, maquiavélicos? A simpatia do povo e a entrega da sua empatia, que costuma ser incondicional, depende, também, das propostas concretas em presença. Depende pois da disposição popular – entretanto em fuga do país, à procura de novas oportunidades de vida – e da credibilidade das promessas de esperança de que alguma franja da aristocracia possa ser portadora: em aliança com a burguesia e contra a burguesia, actualmente também com pés de barro devido ao fracasso da sua aventura globalizadora.

É sobre isto – a ciência, a investigação, os saberes, a luta de classes, as estratégias cognitivas de encobrimento (ideologias), alianças e cumplicidades (entre os povos e as universidades) - de que queremos tratar, com a ajuda do público e dos colegas que se nos queiram juntar.

Bibliografia

Eder, Klaus (2001) “A Classe Social Tem Importância no Estudo dos Movimentos Sociais? Uma teoria do radicalismo de classe média” em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 16, nº46:5-27.

Estanque, Elísio (2012) *A Classe Média: ascensão e declínio*, Lisboa, FFMS

Faguer, Jean-Pierre (1997) “Os efeitos de uma ´educação total´. Um colégio jesuíta, 1960” em *Educação e Sociedade*, ano XVIII, nº 58 (pag. 9- 52).

Lahire, Bernard (2012) *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil, Couleur des idées.

Mouzelis, Nicos (1995) *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*, London, Routledge.

Sennett, Richard (2006) *The New Culture of Capitalism*, Yale University Press.